

Concluo, Sr. Presidente, ressaltando os seguintes aspectos do Programa São Vicente, executado pela Sudene:

— o Programa São Vicente surgiu no momento em que o Presidente José Sarney procurou retomar o processo de planejamento, permitindo fixar o homem à terra e dando-lhe melhores condições de vida e bem-estar social;

— o despreendimento de todos aqueles de quem foi cobrada uma parcela de trabalho, possibilitando ao homem do campo conquistar o acesso direto aos meios de produção;

— mergulhados na perspectiva de que esta nova proposta deva alcançar, a curto prazo, o objetivo maior do Governo, de oferecer melhores condições de vida ao trabalhador do campo, vislumbra-se, na face de todos os que fazem o Programa São Vicente, a conjugação de esforços em busca de um só ideal: a reversão do quadro de miséria do trabalhador do campo.

Parabéns aos dirigentes da Sudene, particularmente ao Coordenador do Programa São Vicente, Dr. Vicente Torres Mourão, pelo excelente trabalho voltado para tirar da miséria um segmento da população rural marginalizada.

O SR. OSVALDO BENDER (PDS — RS. Pronúncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr^a e Srs. Constituintes, em primeiro lugar, quero manifestar desta tribuna, o meu contentamento e a minha alegria, na qualidade de Constituinte, por ver a Constituição finalmente caminhando rumo à conclusão do seu texto. Que bom se os trabalhos pudessem continuar neste ritmo de entendimento, de cordialidade, onde não há vencedores nem vencidos, mas todos vitoriosos, todos nós, Constituintes, e todo o povo brasileiro.

A votação do Capítulo I foi uma das mais belas demonstrações de senso, de equilíbrio já ocorridas nesta Casa desde que aqui me encontro. Cabe, aqui, um voto de reconhecimento às Lideranças de todos os partidos pelos acordos conseguidos por antecipação. Foi, realmente, uma sessão agradável, com debates do mais alto nível em torno das questões em que não houve acertos, onde o respeito e a consideração junto aos colegas sempre estiveram presentes.

Gostaria, Sr. Presidente, Sr^a e Srs. Constituintes, que a votação do Capítulo II, que se dará nesta tarde, tivesse a mesma sorte e que, mais uma vez, ao encerrá-la, pudessemos dizer: valeu a pena renunciar em favor da tolerância, da compreensão e do entendimento. Que pudessemos mostrar, mais uma vez, à Nação Brasileira, que os Constituintes sabem colocar, acima de interesses pessoais ou de grupos, os interesses do povo brasileiro.

Estamos aqui debruçados sobre texto constitucional já há um ano. Hoje, faz precisamente um ano que esta Assembléia Nacional Constituinte foi instalada. Como passou depressa este ano! Parece que foi ontem a grandiosa festa de instalação. E passou depressa porque tínhamos o que fazer, havia trabalho em abundância. Começamos a escrever a Nova Carta do zero, do nada. Tínhamos diante de nós uma mesa limpa, sem anteprojeto, uma vez que o elaborado pelos "notáveis" foi desprezado, não foi sequer levado em consideração. Aos poucos, essa mesa sem papel algum ficou abarrotada de propostas, de milhares de propostas.

Foram criadas as subcomissões, e cada uma, de acordo com a sua especialização, cuidou de iniciar os seus trabalhos. As bases, o povo e especialmente as representações de classe foram por elas ouvidas. Foi dada oportunidade de acesso a todos os que quiseram ajudar na elaboração da Nova Carta. Além disso, cada Constituinte buscou sugestões e subsídios junto àqueles que lhe confiaram o mandato e que o elegeram para seu representante na Constituinte. Passamos então para as Comissões Temáticas, onde, novamente, houve muitos debates, até que se encerrassem os trabalhos. Em seguida, submeteu-se toda a matéria à Comissão de Sistematização e, por fim, chegamos ao derradeiro debate aqui no Plenário.

No entanto, se durante todos esses trabalhos os debates foram mais acalorados, mais aquecidos, foi porque existiram muitas razões para isto. Se analisarmos a fundo, verificaremos que cada um sentiu e sofreu pressões quer pelas manifestações populares, quer pelo incalculável número de **lobbies** que aqui se instalou, sempre tendo presentes, em maiores proporções, os interesses de grupos, em detrimento dos da coletividade. Com raras exceções os **lobbies** eram em defesa da coletividade, em defesa de interesses maiores e não envolviam apenas uma categoria, enfim, imparciais. Sim, Senhores, raros eram aqueles que demonstravam o desejo de proporcionar bem-estar ao povo em geral, independentemente de categoria profissional ou empresarial.

Pessoalmente, procurei informar-me ao máximo, empenhando-me na defesa do interesse popular. Percorri, durante este ano, mais de cem municípios em busca de informações e sugestões para a Constituinte. Prócuerei ouvir todos com paciência e compreensão e, sem dúvida, essa peregrinação enriqueceu-me de maneira especial, propiciando-me melhor desempenho na Constituinte. Procuramos manter uma linha de coerência e imparcialidade em relação a todos esses acontecimentos, com todas as nossas forças para que, em nenhum momento, frustrássemos aqueles que confiaram em nós, para que aqui fosse o seu legítimo representante. Procurei, sob todas as formas manter a minha conduta e colocar acima de interesses próprios, de grupos pequenos ou maiores, o bem-estar de toda a população brasileira. Sempre tive em mente defender os mais fracos, os mais pobres, para que também, um dia, pudessem ter a oportunidade de uma vida melhor. Procurei, acima de tudo, pautar o meu comportamento pela justiça, atendendo, dentro do máximo possível, aos anseios daqueles que me elegeram, alicerçado sempre nos princípios da fé em Deus e decidindo, afinal, pela voz da minha consciência.

Assim como me portei, durante este ano, apoiado na força que vem de Deus, quero continuar até o fim das votações. Que Deus me ilumine e me dê forças suficientes, para que possa seguir até o final nesta linha de independência e de justiça.

Eis, enfim, a razão de me orgulhar pela maneira harmônica como se votou o primeiro capítulo. Parece-me que após este ano de árduo trabalho os constituintes se conscientizaram e aprenderam que a melhor forma de termos uma boa Constituição, uma Constituição equilibrada, consiste no entendimento, no acordo através do diálogo. A votação do primeiro capítulo deu-nos esta ima-

gem. Se chegarmos ao fim das votações dos demais capítulos neste mesmo clima de união, tenho certeza de que teremos uma Carta equilibrada. Teremos, então, cumprido com nosso dever de Constituintes perante o povo brasileiro, que espera ansiosamente esta atitude de todos nós.

Que o primeiro aniversário da Constituinte sirva para fazermos uma meditação profunda. Que cada um passe na sua memória, qual filme imaginário, a sua participação, ate aqui e daqui para a frente, nas votações. Creio firmemente no bom senso de cada um e na responsabilidade que todos têm perante a Nação Brasileira.

O SR. IVO VANDERLINDE (PMDB — SC. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr^a e Srs. constituintes, acabo de retornar de um roteiro em que, durante 15 dias, me reuni com as lideranças políticas, comunitárias e sindicais de 46 municípios do meu Estado. Sem sombra de dúvida, embora o tema central das reuniões fosse a Constituinte, o que por primeiro aflorava era a palavra "crise" — a profunda crise econômica que preocupa todos os brasileiros. Após a crise econômica, as questões que despertam o clamor maior de nossa sociedade são a impunidade, a corrupção, os "marajás" e a criminalidade.

A Constituinte, que ora caminha para a fase final, tem o dever de instrumentalizar a Justiça, que precisa ser, além de independente, modernizada para ser mais ágil. E as penas precisam ser mais severas e rigorosas, para que a lei seja respeitada e, diria, até temida.

Estamos na era da informática e, lamentavelmente, a Justiça brasileira ainda está na idade da pedra lascada. Urge modernizá-la. E esta Constituinte tem o dever de fazê-lo. Além do que poderá a Constituinte fazer para resolver tal questão, é preciso que, desde logo, com mais ênfase e mais rigor, busquemos solução para o caso. Instalaram-se, a propósito, nesta Casa duas comissões que serão fundamentais para que este Congresso possa mostrar à sociedade brasileira que, além da Constituinte, além da duração do mandato do Presidente da República, além do sistema de governo, estamos preocupados com tais questões. Referimo-nos à CPI da Corrupção e à Comissão de Fiscalização e Controle, cujo papel será de alta relevância.

Ao fazer este registro, quero dizer da minha esperança de que por essas comissões passe o resgate desta Casa, o resgate da credibilidade da classe política perante a sociedade e, quiçá, o resgate da própria democracia, que corre perigo, na medida em que a sociedade brasileira começa a desacreditar do processo democrático.

O SR. ERALDO TRINDADE (PFL — AP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr^a e Srs. Constituintes, diversas vezes utilizamos a tribuna para tecer comentários sobre a política de mineração em nosso País; e também inúmeras vezes já dissemos que ela é profundamente entreguista. A nova Constituição pode e deve fazer algo para salvar a soberania nacional.

Sr. Presidente, encaminhamos à Mesa da Assembléia Nacional Constituinte, no dia 20 de julho de 1987, requerimento de informações sobre a concessão de alvarás de pesquisa e de lavra para as diversas empresas, a maioria delas multina-